



Treinamento de combate a incêndios mobiliza aldeias do Parque Indígena do Xingu

RENATA FARELL/ISA

Em setembro, o ISA e a Guarany, fabricante de equipamentos para combater o fogo, treinaram vários grupos indígenas nas aldeias Ngojhwêrê, Moygu, Tuiararé e Capivara. Também participaram grupos vindos de outras aldeias do parque e do Posto Indígena Diauarum • P.2



LUCIA FANELLI/ISA

Culinária é tema de oficinas no Vale do Ribeira

Quilombolas e estudantes de universidade italiana usam matérias-primas locais para criar receitas • P.5



NAEYTO JR

Gisele Bündchen apoia ações do ISA

A nova parceria está focada na questão das mudanças climáticas • P.13



*Jovens indígenas do Parque do Xingu
prontos para o treinamento*

ISA e Guarany se unem no combate ao fogo

O Parque Indígena do Xingu foi o palco do treinamento de combate aos incêndios que a empresa Guarany realizou em parceria com o ISA. A Guarany, que fabrica equipamentos de combate a incêndios, doou cinco kits de brigadistas para os treinamentos iniciados no mês de setembro. A época não poderia ter sido mais adequada já que o Mato Grosso e em especial as aldeias do parque sofriam com o fogo que se alastrava, destruindo suas roças e habitações. Os treinamentos foram realizados nas aldeias Ngojhwêrê, dos Kisêdjê; Moygu, dos Ikpeng; Tuiararé e Capivara, dos Kawaiwetê (Kaiabi) e reuniu também jovens das aldeias Samaúma e do Posto Indígena Diauarum. Na aldeia Tuba Tuba, dos Yudja, um grupo de jovens das aldeias Paksamba e Pequizal participou das atividades. A capacitação foi ministrada pelo brigadista Emilton Paixão Caxias, do Prevfogo, divisão de combate ao incêndio florestal do Ibama, com acompanhamento do engenheiro Candido Simões, gerente da Divisão Anti-incêndio da Guarany.

SAIBA MAIS ACESSANDO:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3159 e 3164

Vale do Ribeira se mobiliza para restaurar Áreas de Preservação Permanente

Após fechar o primeiro semestre do ano 2010 com 11.000 mudas de árvores nativas plantadas, a Campanha Cílios do Ribeira, pela recuperação das matas ciliares do Vale do Ribeira (SP), direcionou esforços para prospectar novas áreas e fortalecer suas parcerias. Iniciativa do ISA com o Instituto Ambiental Vidágua, até outubro, a campanha elaborou diagnósticos em 75 hectares de Áreas de Preservação Permanente (APPs) nos municípios de Apiaí, Barra do Turvo, Cajati, Eldorado, Iporanga, Itaoca, Registro e Sete Barras. A partir do diálogo com os proprietários rurais foram feitos projetos técnicos com diferentes metodologias como plantio total, sistemas agroflorestais, transposição de solo e condução de regeneração natural. Entre os participantes estão produtores de banana (articulados pela Associação dos Produtores de Banana do Vale do Ribeira – Abavar), assentados da agricultura familiar, pequenos e médios produtores rurais, comunidades quilombolas, prefeituras municipais e unidades de conservação estaduais. A equipe da campanha está iniciando também a elaboração do Plano Diretor para Recomposição e Conservação dos Recursos Hídricos, projeto que surgiu de demanda institucional do Comitê da Bacia Hidrográfica Ribeira de Iguape/ Litoral Sul, e que resultará em um diagnóstico atualizado sobre a vegetação na bacia, relação de áreas prioritárias para recuperação e identificação de metodologias adequadas à realidade local.

SAIBA MAIS EM:
www.ciliosdoribeira.org.br

Sociedade civil apresenta critérios de REDD

SAIBA MAIS ACESSANDO:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3128

Organizações, redes e movimentos sociais amazônicos finalizaram um documento com orientações para iniciativas de Redução das Emissões de Desmatamento e Degradação (REDD) depois de mais de um ano de debates e consultas que envolveram cerca de 180 pessoas. O texto *Princípios e Critérios de REDD – Para o desenvolvimento e implementação de programas e projetos na Amazônia Brasileira* traz preceitos mínimos a serem seguidos por governos, empresas, instituições não governamentais e agências internacionais para que ações de REDD apoiadas por eles evitem impactos socioambientais negativos e tragam de fato reduções das taxas de desmatamento, benefícios para a conservação e populações locais.

Entre os oito princípios listados no documento estão o reconhecimento dos direitos de populações indígenas, tradicionais e de agricultores familiares so-

bre suas terras e recursos naturais; o cumprimento da legislação ambiental e trabalhista; a garantia de que os benefícios financeiros ou de outra natureza das iniciativas cheguem às comunidades; a necessidade do consentimento livre, prévio e informado das comunidades para a implantação de qualquer projeto que as afetem. Embora reconhecida pela legislação nacional e por tratados internacionais assinados pelo Brasil, a questão do consentimento não vem sendo respeitada. “Esse documento pode servir como um conjunto de preceitos que podem ser usados por organizações e comunidades para proteger seus interesses nas negociações diretas de contratos, tendo assim um papel complementar à legislação”, diz Adriana Ramos, secretária executiva adjunta do ISA, organização que participou das discussões sobre o documento.

Resex do Médio Xingu começa a se estruturar

A equipe do Programa Xingu que atua na Terra do Meio (PA), em parceria com a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), ICMBio, LAET e Secretaria Municipal de Saúde de Altamira, visitou, em agosto, a Reserva Extrativista do Médio Xingu para conversar com os moradores sobre regras de uso de barcos comunitários, produção de borracha e organização das associações. Hoje ali

vivem cerca de 70 famílias. Foram realizadas reuniões em quatro diferentes núcleos ao longo da Resex com participação de quase todos os moradores. A Resex do Rio Xingu foi decretada em junho de 2008, depois de uma longa batalha pela conquista do direito dos moradores às suas terras. Entretanto, só agora, dois anos depois, é que a Reserva Extrativista começa a se estruturar. Há ainda pela frente muitos desafios,

como implementar escolas, postos de saúde, melhorar as alternativas de renda, mantendo as bases da cultura tradicional beiradeira.

A Resex do Médio Xingu é uma faixa de terra de 303 mil hectares de área total, que ocupa 100 quilômetros na margem esquerda de quem desce o Rio Xingu em direção a Altamira, na chamada Terra do Meio. É considerada estratégica para consolidar o mosaico de áreas protegidas projetado para a região, que inclui Terras Indígenas e Unidades de Conservação estaduais e federais.

SAIBA MAIS ACESSANDO:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2692



MARCELO SALAZAR/ISA

Morador da Resex exibe sua carteira de seringueiro



SAIBA MAIS ACESSANDO:
[www.socioambiental.org/
nsa/detalhe?id=3196](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3196)

Feira de sementes celebra a biodiversidade do Vale do Ribeira

Comunidades quilombolas do Vale do Ribeira participaram em Eldorado, em outubro, da 3ª Feira de troca de sementes e mudas tradicionais. Mais de 100 etnovarietades de sementes foram apresentadas pelas 13 comunidades que estiveram na feira. Uma generosa doação de arroz pilado, feijão antigo, mandioca, frango

caipira e matérias-primas naturais permitiram ainda que seis cozinheiras, também das comunidades participantes, preparassem um delicioso almoço coletivo. Em sua terceira edição, a Feira, que veio

para ficar, contou com novos apoios, especialmente do Núcleo Oikos, bem como de parceiros históricos do ISA como a Ajuda da Igreja da Noruega. Da mesma forma, cresceu o comprometimento do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) e das prefeituras de Eldorado e de Itaóca. Apoios locais importantes sinalizaram o início do envolvimento da sociedade regional no evento que celebra a biodiversidade do Vale do Ribeira.

Mais de 100 etnovarietades foram mostradas na feira

FOTO: CLENI MARIN

Seminário debate metas brasileiras em cenário crítico de mudanças climáticas

Um cenário pessimista, mas com alternativas para o combate às mudanças climáticas foi o quadro traçado no seminário e oficina “Metas Nacionais de Redução de Emissões: Horizontes para a Implementação nos Próximos Quatro Anos”, organizado pelo ISA em Brasília, entre 23 e 26 de agosto. O evento reuniu especialistas e representantes de 40 organizações não governamentais, num total aproximado de 80 pessoas. Três grupos elaboraram propostas sobre desmatamento, agropecuária e energia que deverão ser encaminhadas a diferentes órgãos e níveis de governo para a implementação da política e das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa. Entre as recomendações,

SAIBA MAIS ACESSANDO:
[www.socioambiental.org/
nsa/detalhe?id=3149](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3149) e 3156

estão dar mais transparência aos dados e cálculos utilizados para definir as metas setoriais e ampliar

a participação da sociedade nos espaços de formulação das políticas climáticas. O grupo do desmatamento propôs a elaboração de um estudo sobre a dimensão e os impactos das várias políticas governamentais que direta ou indiretamente acabam financiando o desmatamento, como projetos de infraestrutura e investimentos na agropecuária. O grupo da agropecuária propôs recuperar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas; ampliar a área com sistema de integração lavoura-pecuária em oito milhões de hectares; em 5,5 milhões de hectares a área com uso de fixação biológica; em 3 milhões de hectares a área reflorestada para fins comerciais; e promover o tratamento de dejetos da suinocultura. Para o grupo de energia, o grande desafio será lidar com combustíveis fósseis. O ISA pretende abrir uma agenda de discussão com o governo sobre as recomendações definidas no seminário.

Quilombo de São Pedro faz planejamento territorial

Está em andamento a construção participativa de um planejamento estratégico territorial no quilombo de São Pedro, no Vale do Ribeira. O projeto é um piloto realizado pelo ISA e a Associação de São Pedro para dar continuidade e implementar efetivamente as demandas apontadas na Agenda Socioambiental Quilombola, elaborada em 2007/2008 pelas comunidades. O objetivo é dar ao quilombo uma ferramenta de trabalho e organização comunitária, instrumentalizada com banco de dados de fácil acesso e uso da comunidade, para que o planejamento seja reavaliado a cada ano. Nesta primeira etapa, a comunidade escolheu três jovens representantes para formar uma Comissão de Planejamento e participar da execução do projeto com os técnicos do ISA: desde a preparação das oficinas

até o apoio na comunicação dos trabalhos dentro do quilombo. Em 2010 foram realizadas seis oficinas e a comunidade está refletindo sobre as seguintes questões: os cenários de hoje, como era no passado e os sonhos para o futuro. Ou seja, “o quilombo que temos e o que queremos.”

Em cima dos cenários retratados realizou-se uma discussão comunitária sobre as demandas apontadas na Agenda Quilombola em 2007 e sobre as demandas atuais para estabelecer as futuras ações prioritárias do plano de trabalho da comunidade. A próxima etapa será focada na discussão de temas específicos de interesse da comunidade, como economia criativa e legislação ambiental. A etapa 3 definirá as ações de curto prazo com orçamento e cronograma, os indicadores e a formulação do banco de dados.

Alunos de universidade italiana e quilombolas criam oficinas de culinária

Um grupo de estudantes da Universidade de Ciências Gastronômicas de Pollenzo (UniSG), da região do Piemonte, na Itália, visitou em setembro dois quilombos do Vale do Ribeira – Ivaporunduva (em Eldorado) e Mandira (em Cananéia). Com as cozinheiras locais, eles criaram oficinas de culinária. A iniciativa

de trazer os estudantes - italianos em sua maioria mas também oriundos da Índia, do Quênia e da Alemanha - foi do ISA e da universidade. Em Ivaporunduva conheceram as roças, as áreas de agrofloresta, participaram da pilagem do arroz, da confecção da farinha de mandioca e desenvolveram receitas com matérias-primas locais. Depois de quatro horas foi servido o almoço coletivo,

SAIBA MAIS ACESSANDO:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3161



LUCA FANELLI / ISA

Grupo criou pratos utilizando matérias-primas locais

composto por: arroz birubiru (arroz pilado), bolinho de inhame, bolinhos de feijão, caldo rico de galinha, frango Johnjura (com tomate e pau-pimenta), frango Margherita (envolto em farinha e com caldo de laranja), frango recheado (com verduras da horta), doce com geleia de maná, torta e biscoitos de banana. Já na comunidade de Mandira visitaram a produção de ostras no mangue, conheceram áreas de agrofloresta, uma horta agroecológica e depois colocaram a mão na massa, desenvolvendo receitas cujas matérias-primas foram as ostras e os peixes. Daí resultaram risoto de ostras, ostras gratinadas e peixe “novo Mandira” (coberto com cheiro verde picado, e cozido no forno com cerveja).

Populações indígenas e tradicionais querem ampliar consultas sobre REDD

Agricultores familiares, populações indígenas e tradicionais da Amazônia querem que as consultas sobre o regime nacional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) sejam ampliadas e cheguem até as organizações e lideranças locais. Exigem ainda ser reconhecidos como os principais beneficiados de qualquer política ou projeto de REDD. Os dois recados foram dados durante a consulta promovida em Brasília pelo ISA, Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e WWF, em outubro, por cerca de 60 representantes de organizações filiadas ao GTA, Coiab, CNS e Contag. As recomendações resultantes dos debates serão encaminhadas ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), que desde julho conduz encontros com organizações da sociedade civil, governos e iniciativa privada para recolher contribuições para a regulamentação nacional para o REDD. O MMA quer finalizar a proposta em novembro. Representantes de redes e movimentos sociais amazônicos reivindicaram do ministério custear a vinda de lideranças até Brasília para discutir o assunto, mas não foram atendidos.

Lideranças indígenas participam da última consulta sobre Política de Gestão de suas terras

Foi a quinta consulta regional aos povos indígenas realizada pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) sobre a criação da Política Nacional de Gestão Territorial Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e aconteceu em Manaus, de 25 a 28 de junho. Encerrou-se assim um processo iniciado em 2008, que exigiu forte compromisso por parte dos órgãos de governo, organizações indígenas e ONGs. Os resultados das cinco consultas serão sistematizados pelo GTI, enviados à Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) e daí à Casa Civil. A expectativa é de que o texto aprovado seja editado em forma de decreto presidencial ainda em 2010. A última reunião contou com cerca de 270 lideranças dos estados do Amazonas, Acre, Roraima, Amapá, Rondônia e Maranhão, consultadas em relação ao texto base elaborado pelo GTI contendo as diretrizes, objetivos, funcionamento e financiamento das ações que irão compor a PNGATI. A consulta teve o apoio da Coiab e participação de organizações não governamentais como o ISA e de órgãos federais como Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Ministério da Defesa (MD) e de órgãos estaduais como a Secretaria do Índio do Amazonas.

A região da Amazônia Legal concentra 98,5% da área das TIs do Brasil,

pouco mais de 108 milhões de hectares, divididos entre 411 Terras Indígenas, de um total de 655. Destas, 306 estão com a situação fundiária regularizada.

SAIBA MAIS ACESSANDO:
[www.socioambiental.org/
nsa/detalhe?id=3121](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3121)

Curtas

▶ QUILOMBOLAS PARTICIPAM DE

OFICINAS DE TURISMO. O projeto Circuito Quilombola de Turismo, que o ISA realiza com seis comunidades do Vale do Ribeira, promoveu oficinas em outubro para elaborar o planejamento estratégico. Em 13 e 14/10, as comunidades construíram com a ajuda da consultora Monica Barroso, do Núcleo Oikos, e dos técnicos do ISA, as fases de gestão socioambiental da atividade turística e discutiram o plano de marketing, definindo metas de curto, médio e longo prazos. Mais uma vez, as comunidades ouviram que a atividade turística é uma fonte complementar de renda e não deve contribuir para a perda das práticas tradicionais de agricultura e da cultura local. De 19 a 22/10, foram realizadas oficinas com apoio do Ministério do Meio Ambiente, por meio do programa Proecotur, e do Ministério do Desenvolvimento Agrário em cada uma das comunidades que participam do plano: Mandira, Ivaporunduva, Sapatu, Pedro Cubas, André Lopes e São Pedro. Os participantes discutiram a implementação, monitoramento e avaliação constante do plano estratégico e das atividades do circuito quilombola. Daí criou-se um Comitê Gestor formado por duas pessoas de cada uma das comunidades.

SAIBA MAIS ACESSANDO:
[www.socioambiental.org/
nsa/detalhe?id=3184](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3184)



SAIBA MAIS ACESSANDO:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3132

FERNANDA BELLEI / ISA

Durante lançamento, proprietários rurais e parceiros analisam mapa do município

Santa Cruz do Xingu lança programa pioneiro de adequação socioambiental

A ideia do programa na região do Araguaia/Xingu, lançado em julho, é adiantar o processo de regularização ambiental de Santa Cruz do Xingu e apoiar os trabalhos de restauração florestal de áreas degradadas. O lançamento foi feito na Câmara de Vereadores do município e contou com a presença de mais de 50 produtores rurais e do secretário extraordinário de Apoio e Acompanhamento a Políticas Fundiárias e Ambientais de Mato Grosso, Vicente Falcão. As bases do programa foram elaboradas em parceria com o ISA, o Sindicato dos Produtores Rurais, a Associação dos Fazendeiros do Araguaia Xingu (Asfax) e secretarias municipais de Agricultura e de Meio Ambiente.

Enquanto alguns programas municipais de adequação ambiental se restringem ao diagnóstico ambiental e cadastramento dos imóveis rurais, o programa de Santa Cruz do Xingu prevê ações para a restauração do passivo ambiental e mecanismos que recompensem a manutenção da floresta em pé. Para atingir todas as metas, diversos setores do município e da Bacia do Rio Xingu se uniram.

O ISA irá colaborar na capacitação dos técnicos e contribuir na elaboração dos cadastramentos ambientais rurais (CARs) para reduzir o custo para o produtor. Os trabalhos de restauração florestal também terão o apoio do ISA que, no âmbito da Campanha Y Ikatu Xingu, já colocou mais de 2 mil hectares de APPs (Áreas de Preservação Permanente) em processo de restauração em diversos municípios no eixo da BR-158, na Bacia do Rio Xingu, em parceria com outras instituições.

Curtas

▶ GLOBO RURAL MOSTRA

INICIATIVAS DE RECUPERAÇÃO

FLORESTAL NO XINGU. Em

agosto, as ações que a Campanha Y Ikatu Xingu vem desenvolvendo na Bacia do Rio Xingu, em Mato Grosso foram tema do Globo Rural, programa da TV Globo levado ao ar nas manhãs de domingo. O programa mostrou o plantio mecanizado de sementes nativas, tecnologia empregada na restauração de APPs (Áreas de Proteção Permanente), e o envolvimento de comunidades indígenas na coleta das sementes como exemplos bem-sucedidos das ações da campanha.



IMAGENS: GLOBO RURAL E ACENSO ISA

SAIBA MAIS ACESSANDO:
<http://www.yikatuxingu.org.br/2010/08/02/assista-globo-rural-mostra-trabalho-da-campanha-y-ikatu-xingu>

Rede de sementes promove encontro e lança site

O 7º Encontro da Rede de Sementes do Xingu, ocorrido em setembro, em São Félix do Araguaia (MT), contou com a participação de mais de 40 coletores representando cerca de 300 famílias. Eles complementam sua renda com a coleta, o beneficiamento e a comercialização de mais de 200 espécies nativas da Floresta Amazônica e do Cerrado. Durante o encontro, eles discutiram maneiras de enfrentar os desafios

SAIBA MAIS ACESSANDO:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3174 e 3178

de conseguir autonomia em todas as etapas do trabalho e atender a demanda crescente por

sementes. Os coletores da rede de sementes já desenvolvem seu trabalho com autonomia, sabem onde encontrar as sementes, como coletá-las e beneficiá-las. Porém, a rede ainda não é autônoma – serviços como

transporte, armazenamento e comercialização ainda são apoiados e subsidiados pelas instituições que animam o projeto. O próximo passo para garantir seu crescimento com segurança e estabilidade é a autonomia, isto é, a organização dos coletores para cuidar de todas as etapas do trabalho. Para isso, a rede está contando com a ajuda de um consultor que está desenvolvendo um plano de negócios para a atividade. Os participantes debateram também novas oportunidades e cenários futuros para a rede.

A rede foi criada em 2007 para atender a demanda por sementes nativas dos projetos de restauração florestal realizados pelas instituições envolvidas na Campanha Y Ikatu Xingu, na Bacia do Rio Xingu. Em quatro anos, cresceu de maneira surpreendente e hoje envolve agricultores, assentados e indígenas que coletam sementes em 19 municípios e em sete comunidades indígenas.

ACESSE: www.sementesdoxingu.org.br



Querência batalha para sair da lista dos maiores desmatadores

Localizada na Bacia do Rio Xingu, nordeste de Mato Grosso, Querência está perto de sair da lista dos maiores desmatadores da Amazônia, que integra desde 2007 por conta do aumento do desmatamento no município. Em setembro último, representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) e

da Secretaria Extraordinária de Políticas Ambientais e

SAIBA MAIS ACESSANDO:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3171

Fundiárias (Seaf) estiveram no município que apresentou os avanços conquistados nos últimos dois anos na regularização ambiental, redução do desmatamento e restauração florestal de áreas degradadas, em Áreas de Preservação Permanente inclusive. A mobilização para atingir a regularização ambiental está sendo feita por meio do Projeto “Querência Mais”, realizado pelo Condema (Conselho de Meio Ambiente) de Querência, ISA e Grupo de Restauração e Proteção à Água, Flora e Fauna (GRPAAF), com o apoio da prefeitura municipal e da Secretaria de Agricultura. A adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), é um dos critérios para sair da lista. De acordo com dados apresentados pela Sema-MT, 72% da área já está cadastrada e é necessário alcançar 80% para que Querência saia da lista.

Os representantes do MMA, da Sema e da Seaf visitaram cinco áreas em processo de restauração com espécies nativas. Três delas, as fazendas Certeza, Schneider e Roncador, têm, respectivamente, 4,72 hectares, 17,81 hectares e 19 hectares de APPs em processo de restauração implantado e monitorado em parceria com o ISA.



Neuri Winck, da fazenda Certeza, mostra áreas em recuperação

Presidenciáveis rejeitam anistia a desmatamento ilegal

Os quatro principais candidatos do primeiro turno à Presidência da República responderam um questionário formulado por 12 organizações socioambientalistas brasileiras coligadas no SOS Florestas, sobre as mudanças no Código Florestal. Os quatro – Dilma Rousseff, José Serra, Marina Silva e Plínio de Arruda Sampaio – se manifestaram contra os principais pontos das mudanças propostas pelo deputado Aldo Rebelo (PC do B), em especial o que anistia quem desmatou ilegalmente. Todos, de alguma forma, reconheceram que eventos catastróficos, como deslizamentos de encostas e inundações, registrados no País com expressivo número de vítimas, estão diretamente relacionados à falta de cobertura vegetal e ocupação irregular de áreas frágeis. Além da postura contrária à anistia a quem desmatou ilegalmente, defenderam a necessidade de recuperar as áreas e estimular a regularização das propriedades sem ter que mudar a lei. Dessa forma, se colocam em oposição à posição defendida pelos ruralistas e acolhida pelo deputado Aldo Rebelo.

Para os quatro candidatos, é um pressuposto equivocado considerar a proteção às florestas como entrave ao agronegócio, como defendem os que apoiaram o relatório do deputado Rebelo. Pesquisadores da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP) mostram que há no País 61 milhões

SAIBA MAIS ACESSANDO:

www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3167

de hectares de pastagens em terras com elevada ou média aptidão agrícola, tamanho equivalente a toda a área agrícola utilizada até

hoje (67 milhões de hectares). Ao mesmo tempo, a maior parte da pecuária brasileira tem baixíssima produtividade (1,1 boi/hectare), embora a tecnologia já seja amplamente dominada para aumentar esse índice. Há, portanto, desperdício e mau uso das terras já disponíveis.

Questionados sobre a relação entre as possíveis alterações no Código Florestal e a Política Nacional de Mudanças Climáticas, os candidatos afirmaram que não é possível cumprir as metas de redução das emissões brasileiras se o projeto for sancionado da maneira como foi aprovado na comissão especial, em 6 de julho. E admitiram a necessidade de desenvolver uma economia genuinamente florestal, zerar o desmatamento, adotar novos instrumentos e desenvolver pesquisas.

Curtas

DIÁLOGO FLORESTAL BUSCA PROPOSTAS ALTERNATIVAS PARA O CÓDIGO FLORESTAL.

O retrocesso promovido pelo relatório do deputado Aldo Rebelo na legislação florestal brasileira incomodou não só as organizações da sociedade civil, mas também várias empresas do setor florestal (papel, celulose, siderurgia, madeira), que hoje, em seu conjunto, são as que mais cumprem com os ditames da lei. Em função disso foi criado, no âmbito do Diálogo Florestal (www.dialogoflorestal.org.br), um grupo de trabalho, do qual o ISA faz parte, para analisar e tirar um posicionamento comum com relação à proposta aprovada na comissão especial. Os trabalhos devem se encerrar até o mês de dezembro.



ISA faz sugestões para regulamentação da lei de sementes e mudas

O ISA apresentou ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no dia 30 de agosto, sugestões à Instrução Normativa que regulamenta a produção e venda de sementes de espécies florestais nativas. Trata-se de regulamentação prevista pela a Lei nº 10.711/2003 que concede poderes ao MAPA para criar mecanismos específicos e exceções ao regime geral do Sistema Nacional de Sementes e Mudas para o caso de produção e comercialização de sementes de espécies florestais, nativas ou exóticas, de interesse medicinal ou ambiental.

SAIBA MAIS ACESSANDO:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3154 e 3155

O projeto de Instrução Normativa é bastante complexo. Entretanto não estabelece as regras específicas para a viabilização

da atividade. Na visão do ISA, o projeto, na forma atual, atende espécies comerciais, com melhoramento genético e tecnologia de produção, com economia de larga escala, como é o caso de eucalipto, pinus e de algumas espécies nativas com plantio comercial, como a seringueira, o paricá e o mogno. Embora bem-intencionada, inviabilizará a permanência de pequenos produtores no mercado de sementes e mudas de espécies nativas, em especial aqueles fornecedores para atividades de restauração florestal, pois traz exigências onerosas e incompatíveis com a demanda de consumidores para fins ambientais.

A Coordenação de Sementes e Mudas (CSM) do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) informou que vai definir um grupo de trabalho para avaliar as sugestões.

Defesa dos Direitos Socioambientais

Campanha pela saúde indígena envia 1.600 cartas a senadores

No início de julho, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei de Conversão nº 8/2010 da Medida Provisória (MP) nº 483, alterando a organização da Presidência da República e criando seis secretarias no Ministério da Saúde, possibilitando finalmente a criação da Secretaria de Saúde Indígena. Vinculada ao Ministério da Saúde, passará a executar as atribuições exercidas pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), alvo de críticas e denúncias de corrupção nos dez anos em que cuidou da saúde indígena. Esta era

uma antiga reivindicação dos povos indígenas. Da Câmara, o projeto foi para o Senado e para pressionar os senadores a aprová-lo, o ISA organizou no final de julho a campanha virtual “O momento é decisivo para a saúde indígena”.

Em apenas cinco dias, foram enviadas 1.604 cartas aos senadores pelo site do ISA. A ação foi divulgada também pelo Twitter com 168 tweets e 104 retweets. No Facebook, 740 pessoas compartilharam o link a partir do site da campanha, e houve mais 390 compartilhamentos e 217 avaliações positivas. Em 3 de agosto, os senadores aprovaram o projeto da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) com a galeria tomada por lideranças de povos indígenas de todo o Brasil. Em outubro, o decreto de criação foi sancionado e o novo secretário, Antonio Alves, assumiu. “A secretaria vai permitir integrar prevenção, promoção, saneamento e saúde, além de descentralizar a gestão para a ponta, com os distritos sanitários”, disse o ministro da Saúde, José Gomes Temporão,

na posse de Alves. A população indígena cadastrada pela Funasa é de 600.518 índios, que vivem em 4.774 aldeias espalhadas por 615 territórios.



Antonio Alves toma posse como secretário da recém-criada Secretaria de Saúde Indígena

SAIBA MAIS ACESSANDO:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3138 e 3193

Questionamentos em relação a Belo Monte continuam

Em setembro, movimentos sociais e organizações que atuam em defesa do Rio Xingu e contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte lançaram o vídeo *Defendendo os Rios da Amazônia*, que faz parte de uma campanha nacional e internacional coordenada pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS). O vídeo alerta a sociedade brasileira para o processo atropelado, desrespeitoso e ilegal de planejamento e licenciamento do empreendimento pelo governo federal. Narrado pela atriz paraense Dira Paes, conhecida como uma das principais vozes em defesa dos direitos humanos e do meio ambiente em seu estado, o vídeo animado mostra de modo realista os impactos previstos da hidrelétrica, como o alagamento de parte de Altamira e a seca de um trecho de cerca de 100 km de rio, afetando populações indígenas, ribeirinhos e agricultores familiares. Uma versão em inglês do projeto foi produzida com a narração da atriz Sigourney Weaver, que visitou o Rio Xingu em abril deste ano em companhia de lideranças do MXVS e do diretor do filme *Avatar*, James Cameron. Assim como Dira Paes, Weaver contribuiu de forma voluntária.

Movimentos sociais monitoram cumprimento de condicionantes

Apesar de ainda estarem em curso diversas ações judiciais questionando a legalidade da licença ambiental concedida, no final de setembro o Consórcio Norte Energia, vencedor do leilão para construir a obra, apresentou um pedido de licença de instalação “parcial”. Essa licença, que não está prevista na legislação brasileira, permitirá começar a instalar o canteiro de obras antes mesmo de se avaliar se foram cumpridas todas as condições impostas pelo Ibama para antes do início da obra propriamente dita. Com isso, fica evidente que está em curso uma política de fato consumado, e crescem as suspeitas de que as obras da hidrelétrica no Rio Xingu terão início sem que sejam cumpridas várias das condicionantes.

Os movimentos sociais que atuam na região fizeram um levantamento, em outubro, das condicionantes estabelecidas e da situação em que se encontravam e concluíram que muitas não foram realizadas ou o foram parcialmente, e sobre a maioria delas não há informações disponíveis.

O Ministério Público Federal (MPF) notificou o Ibama de que, sem o cumprimento das condicionantes não poderia o órgão dar qualquer tipo de licença de instalação, parcial ou definitiva. O perigo de se autorizar o início da obra sem que as condições sejam cumpridas é que elas nunca sejam realizadas.

Também em setembro, o relator especial da ONU sobre direitos humanos e liberdades fundamentais indígenas, James Anaya, leu, em Genebra, relatório



Volta Grande do Rio Xingu, onde será construída a usina de Belo Monte

SAIBA MAIS ACESSANDO:
[www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3163, 3168 e 3179](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3163,3168%20e%203179)

que tratou de casos analisados em 2009 e em 2010 no mundo todo. Belo Monte teve destaque. A partir de denúncias enviadas ao relator em abril deste ano, o governo brasileiro foi questionado em relação ao empreendimento. As respostas foram consideradas incompletas. O governo brasileiro limitou-se a informar que as áreas a serem inundadas no atual projeto foram reduzidas em relação ao anterior, de 1970. Ficaram sem respostas questões como a redução da vazão do Rio Xingu, a qualidade da água para a vida animal e vegetal e os impactos socioambientais que a obra trará.

SAIBA MAIS ACESSANDO:
[www.socioambiental.org/
nsa/detalhe?id=3173](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3173)



GUIFE GARBELOTTI/CNSP

Nilto Tatto é homenageado com salva de prata

Coordenador do Vale do Ribeira recebe Prêmio Dorothy Stang

Nilto Tatto, do ISA, recebeu em setembro o Prêmio Dorothy Stang 2009, na categoria Humanidade pelos trabalhos e projetos de alternativas econômicas sustentáveis e geração de renda que desenvolve com sua equipe junto às comunidades quilombolas no Vale do Ribeira (SP). Criado em 2006 pela Câmara Municipal de São Paulo, destina-se a iniciativas de pessoas físicas, pessoas jurídicas, sociedade civil e poder público que promovam o desenvolvimento econômico, social e cultural em respeito ao meio ambiente. Dividido em três categorias Humanidade, Tecnologia e Natureza, o prêmio é concedido a cada dois anos.

Estiveram no ISA

Fabio Feldmann, candidato do PV ao governo do Estado de São Paulo; **Maria Teresa Quispe** e **Luis Jesus** (Wataniba - Venezuela); **Martin Von Hildebrand** e **Maria Cristina Gaia** (Fundación Gaia - Colômbia); **Guilherme Passos** e **Ana Luisa**, da Fundação Semeia Brasil; **Juliana Strobel** (Avina); **Luciano Loubet**; **Luciano Padrão**; **Kristian Bengtson** (Embaixada da Noruega); **Søren Hvalkof** (Rainforest da Noruega); **Brunhilde Haas de Saneaux** (Horizont3000); **Karla Brunet**, **Juan Freire** e **Miguel de Castro Perez** (Cooperação espanhola); **Fernanda Martins**, **Jorge Rodriguez**, **Nele Odeur** e **Muriel Saragoussi** (Icco).

Curtas

ISA PARTICIPA DE SEMINÁRIO DA RAINFOREST EM OSLO.

Adriana Ramos, secretária executiva adjunta e Eduardo Malta Filho, do Programa Xingu, participaram em outubro de um seminário organizado pela Fundação Rainforest da Noruega (RFN), em Oslo, sobre o futuro da Amazônia. Adriana fez uma palestra sobre estratégias para o desenvolvimento sustentável da região e Malta apresentou a experiência da Campanha Y Ikatu Xingu, pela recuperação das matas ciliares e nascentes do Rio Xingu. Ele falou em especial da rede de sementes e do plantio mecanizado. Adriana participou ainda de uma mesa de debates sobre perspectivas para a Amazônia, que contou com a participação do Ministro de Meio Ambiente e Desenvolvimento norueguês, Eric Solheim, de Marcelo Piedrafita Iglesias, representando a Comissão Pró-Índio do Acre, e de Lars Lovold, pela RFN. O líder Yanomami, Davi Kopenawa, fez um depoimento sobre os desafios dos povos indígenas na região amazônica.

Visitas ao site



Julho a outubro
622.844

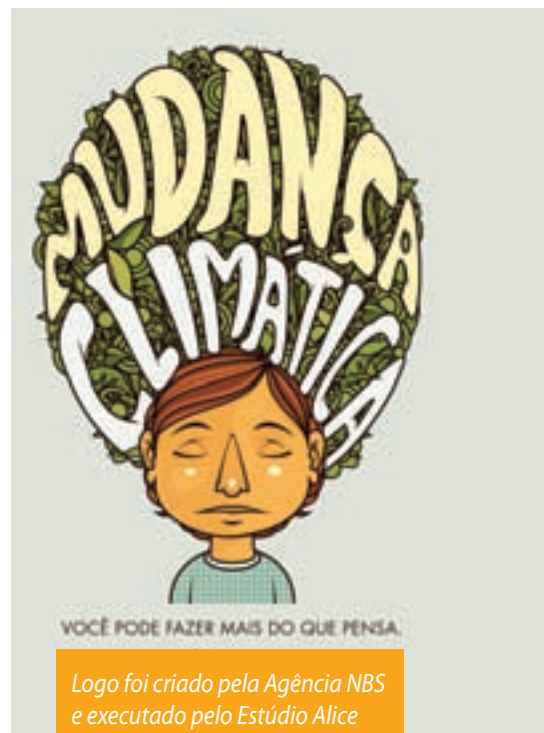
Gisele Bündchen apoia ações do ISA de combate às mudanças climáticas

A nova parceria entre a top model, a Grendene, empresa fabricante de calçados, e o ISA vai divulgar e apoiar as ações do instituto no combate às mudanças climáticas. Em 2006, Gisele apoiou a Campanha Y Ikatu Xingu que o ISA desenvolve em Mato Grosso e em 2008, a Campanha De Olho nos Mananciais de São Paulo. A preocupação de Gisele e da Grendene com as mudanças climáticas e o aquecimento global resultou na parceria. Há tempos a modelo vem apoiando inúmeros projetos em defesa de causas ambientais e utiliza seu site e blog para divulgá-los. Além de fotografar com a camiseta do ISA alusiva ao combate às mudanças climáticas, Gisele também gravou um vídeo no qual dá seu recado positivo à responsabilidade que nós

todos temos em mudar esse quadro, dentro do conceito socioambiental que envolve a busca de uma relação harmônica e sustentável entre o homem e natureza. Isso explica seu apoio ao ISA.

SAIBA MAIS ACESSANDO:

www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3182



De Olho no Fundo Amazônia

Fundo Amazônia tem de atender comunidades e pequenas organizações

De acordo com diagnóstico feito em reunião entre sociedade civil e movimentos sociais, em 20 e 21/10, em Brasília, os procedimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tornam impossível o acesso de pequenas organizações e comunidades aos recursos do Fundo Amazônia. Criado em 2008 pelo governo, o fundo é gerido pelo banco para captar recursos de doações e investi-los em prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Organizada em Brasília pelo ISA, o WWF e o GTA, a reunião apresentou análises e relatos de organizações que monitoram as operações do BNDES ou negociaram projetos com o fundo. De acordo com essas organizações, a avaliação de propostas do Fundo Amazônia é semelhante àquela

usada pelo banco para financiar grandes empresas. O resultado é que até agora apenas grandes ONGs e

órgãos públicos, que dispõem de boa assessoria técnica, conseguiram aprovar projetos. O custo administrativo para elaborar e negociar projetos foi apontado como um dos principais obstáculos para acessar os recursos. Ao final do evento, foram elaboradas recomendações a serem encaminhadas ao Conselho Orientador (Cofa) do fundo pela representação da sociedade civil. Os participantes acham que o banco precisa tornar mais transparente o processo de avaliação de projetos e diminuir as exigências burocráticas para a assinatura de contratos sob pena de excluir populações indígenas e tradicionais, que sempre protegeram a floresta.

Outra proposta foi definir regras especiais para fundos de pequenas iniciativas que possam descentralizar a distribuição de recursos. A ideia é reunir e sistematizar experiências exemplares a serem apresentadas ao Fundo Amazônia, como o programa Projetos Demonstrativos (PDA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Organizações e redes também pretendem buscar outros fóruns e interlocutores dentro do governo para discutir alterações nos procedimentos do fundo.

SAIBA MAIS ACESSANDO:

<http://deolhonofundoamazonia.ning.com>

Territórios etnoeducacionais começam a tomar forma

Tanto no Parque Indígena do Xingu (MT) quanto na Terra Indígena Yanomami (RR) e no Rio Negro (noroeste amazônico) a criação dos territórios etnoeducacionais foram tema de reuniões e debates em agosto, que contaram com o apoio do ISA. Parte da política nacional para organização do atendimento às escolas indígenas estabelecida no Decreto nº 6.861, de maio de 2009 e promulgado em novembro de 2009, a proposta foi criticada por alguns povos indígenas do Nordeste durante I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, dias depois da promulgação. Outros, entretanto, enxergaram no decreto uma possibilidade de mudança, de maior participação e controle social por meio da organização dos territórios. Cerca de 30 deles estão em processo de implantação em diferentes regiões.

No Parque do Xingu

Quatorze das 16 etnias que ali habitam debateram em agosto, no Posto Pavuru, como será a implantação do Território Etnoeducacional do Xingu. A reunião encerrou a etapa de apresentação das consultas e diagnósticos realizados em maio e junho junto a 16 povos indígenas, sobre as escolas que existem hoje e as que se quer no futuro. Em abril, houve a primeira reunião organizada pelo Ministério de Educação (MEC) e dali saíram as comissões indígenas que levaram adiante o processo de consulta e os diagnósticos das escolas. Realizados nas aldeias, tais diagnósticos servirão de base para a formulação de um plano de ação para os próximos quatro anos, que organize as prioridades no atendimento às escolas e direcione o orçamento para elas. O território também prevê a constituição de uma comissão gestora formada pelos povos indígenas e instituições que atuam em educação escolar no PIX.

Em Boa Vista

Sessenta lideranças e professores indígenas de 40 regiões da TI Yanomami reuniram-se em Boa Vista



AGBNO ISA



AGBNO ISA



HANNA LINDA/ISA

Lideranças indígenas em Sta. Isabel do Rio Negro (no alto) e na sequência, o coordenador pedagógico Korotowi Ikpeng, do Parque do Xingu; e Davi Kopenawa Yanomami cercado por outras lideranças em Boa Vista durante os debates

(RR), com organizações locais que trabalham com os Yanomami e representantes do MEC e da Funai para discutir a criação do Território Etnoeducacional Yanomami e Ye'kuana. Deram prosseguimento, assim, à conversa iniciada em 2009 pelo MEC para discutir novas perspectivas e políticas para a educação escolar indígena, com a criação dos territórios etnoeducacionais, e garantir o reconhecimento pelo

Estado brasileiro do atendimento à educação escolar indígena de cada etnia, a partir de sua própria organização territorial.

Formou-se uma Comissão Gestora composta por 20 representantes Yanomami e 23 representantes de todas as instituições que trabalham com educação na TI Yanomami. Ela será responsável, entre outras coisas, por coordenar um diagnóstico da educação escolar indígena dentro do território para, então, elaborar um Plano de Ação com as necessidades e prioridades a serem atendidas. O diagnóstico deverá ser apresentado em novembro.

No Rio Negro

O Território Etnoeducacional do Rio Negro foi o primeiro a ser discutido e implementado. A primeira reunião aconteceu durante a Conferência Regional de Educação Escolar Indígena do Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira, em dezembro de 2008, onde se discutiu a necessidade de definir uma proposta que contemplasse diretrizes para a educação escolar indígena na região do Alto, Médio e Baixo Rio Negro. Fazem parte desse território, 20 povos indígenas. Depois disso mais quatro reuniões se realizaram (três em São Gabriel da Cachoeira e uma em Manaus), com a

presença de lideranças das etnias que formam o território, instituições que atuam no Rio Negro, caso da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e de associações de professores indígenas, além de órgãos federais, estaduais, municipais e universidades. No encontro de Manaus foi elaborado um diagnóstico da situação educacional da região e um Plano de Ação para o desenvolvimento da educação voltada aos povos indígenas do Rio Negro.

No final de agosto, realizou-se o Encontro de Educação do Médio Rio Negro, em Santa Isabel do Rio Negro, para discutir a implantação da educação escolar indígena nos municípios de Barcelos e Santa Isabel, com a participação de 80 pessoas entre lideranças e professores indígenas, associações indígenas e instituições governamentais e não governamentais. A maior preocupação dos participantes foi com a implementação efetiva do Território Etnoeducacional, já que acreditam que se trata de uma possibilidade para melhorar a qualidade da educação ofertada em suas comunidades. Está prevista nova reunião em Manaus em 2 e 3 de dezembro para uma avaliação dos termos de pactuação visando a sua efetivação como política pública na região do Rio Negro.

Inventário cultural quilombola desperta interesse e novas ações

O avanço do projeto de Inventário de Referências Culturais das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, desenvolvido pelo ISA desde outubro de 2009, está incentivando a retomada, pelas comunidades, de diversas manifestações que envolvem música, dança e poesia. As demandas por apoio à realização de ações de revitalização de práticas culturais enfraquecidas



vêm crescendo e nessa esteira novos projetos vão sendo criados. Um bom exemplo é o do quilombo de

Sapatu, localizado em Eldorado, onde o Grupo de Dança Nhamaruca vem se organizando para se firmar como prática cultural permanente da comunidade.

O projeto de Inventário de Referências Culturais atua em 16 comunidades quilombolas dessa região situada entre os estados de São Paulo e Paraná e conta com a participação de agentes locais. O repertório cultural coletado por meio de entrevistas, registros audiovisuais e fotográficos realizados em campo serão expostos em um vídeo e nos mapas culturais que as comunidades estão preparando e serão apresentados e debatidos em oficinas.

Índios têm expressiva participação na economia de Canarana

O município de Canarana, no nordeste de Mato Grosso, foi objeto de um levantamento da pesquisadora Carolina Cooper, a pedido do ISA, que mantém um escritório na cidade e desenvolve ações em toda a Bacia do Rio Xingu. A ideia é iniciar uma avaliação sobre a participação indígena no município e conhecer a visão que os comerciantes locais

SAIBA MAIS ACESSANDO:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3186

têm da relação com os índios. Canarana é conhecida como Portal do Xingu por ser o ponto de partida para quem vai entrar no Parque Indígena do Xingu e por receber

indígenas de diversas etnias que saem de suas comunidades em busca de produtos e serviços. A participação deles no comércio local, porém, nunca havia sido dimensionada.

Levantamento preliminar mostrou, com base em entrevistas de 23 comerciantes e 12 prestadores de serviços, além de representantes das organizações indígenas Associação Terra Indígena Xingu (Atix) e Instituto de Pesquisa Etno Ambiental do Xingu (Ipeax) e da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que trabalha com índios da região, que as vendas dos estabelecimentos locais para os indígenas (indivíduos e organizações) representam entre 17,8% a 27% do total. Chama a atenção o fato de que 62% dos entrevistados disseram ter “muitos” clientes indígenas.

As organizações indígenas e as organizações do setor público que lidam com os povos indígenas têm participação significativa no comércio do município. A Fundação Nacional da Saúde (Funasa), por exemplo, informa que 29% de sua receita anual é destinada às despesas com combustível e transporte, o que beneficia diretamente o comércio local.

Representantes da Secretaria do Estado de Educação (Seduc), responsável por cinco escolas no Parque Indígena Xingu e duas escolas em terras dos povos Xavante, relatam que todo o material pedagógico e didático é comprado em Canarana, via licitação. O balanço final mostra que 22,6% das despesas destas organizações são feitas no município, informação confirmada pelos comerciantes entrevistados. O relacionamento entre os comerciantes e os índios também foi pesquisado e o levantamento sobre o comportamento dos índios enquanto consumidores revelou que buscam produtos de qualidade e marcas conhecidas.

De acordo com o último controle da Funasa, feito por ocasião da vacinação contra a gripe suína no primeiro semestre de 2010, 220 índios do Xingu atualmente moram em Canarana. O município abriga também a Casa de Apoio à Saúde Indígena, que atrai os índios para o comércio local e deverá atrair ainda mais já que a Coordenação Regional da Funai que ficava em Brasília, acaba de se mudar para a cidade.

Curtas

COMEÇA A CONSTRUÇÃO DA CASA DE MEL DE PORTO VELHO.

Tiveram início em outubro as obras de construção da Casa de Mel da comunidade quilombola de Porto Velho, em Iporanga, no Vale do Ribeira (SP). O projeto é financiado pela Fundação Banco do Brasil e conta com apoio do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), parceiro em atividades de produção apícola, e do Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital), parceiro na elaboração do projeto executivo da obra. Técnicos do ISA acompanham o processo. A unidade vai beneficiar e envasar a produção apícola de 18 famílias da comunidade, que hoje alcança quatro toneladas por safra. A médio prazo, a casa deverá receber a produção das comunidades quilombolas de Cangume e Praia Grande, vizinhas ao empreendimento, que já estão sendo capacitadas pelo Itesp. A expectativa é de que a casa seja entregue à comunidade no primeiro semestre do próximo ano.



Obras em andamento no quilombo de Porto Velho

Povos indígenas de Roraima debatem futuro da TI Raposa-Serra do Sol

O que fazer com a terra homologada, identificar os problemas e a forma de enfrentá-los, como e com quem fazer isso e quais as prioridades a serem estabelecidas foram as questões debatidas nos dois dias do II Seminário de Etnodesenvolvimento dos Povos Indígenas de Roraima, realizado na TI Raposa-Serra do Sol, na comunidade do Maturuca, em Roraima. O seminário, nos dias 18 e 19 de setembro, foi centrado no tema “Terra, Identidade, Autonomia” e contou com a participação de 320 lideranças de organizações indígenas como a Hutukara Associação Yanomami e o Conselho Indígena de Roraima (CIR), da Diocese de Roraima, e de representantes de órgãos do governo federal e da sociedade civil. O apoio do ISA ao evento faz parte dos esforços de articulação da Rede Rio Negro, que pretende aglutinar os atores que trabalham na Bacia do Rio Negro - compartilhada por Brasil, Guiana, Venezuela e Colômbia – em torno de uma agenda mínima de sustentabilidade socioambiental.

Há muito tempo os tuxauas (caciques) se preocupam com a formulação de alternativas de desenvolvimento adequadas aos seus anseios e modos de vida, e após a homologação da Terra Indígena, em 2009, as discussões sobre gestão, manejo e proteção territorial têm ganhado mais força. Os programas sociais e o trabalho assalariado foram permanentemente mencionados como complicadores para a autonomia e a identidade dos povos indígenas. Alguns auxílios, de acordo com lideranças, estariam gerando desinteresse pela agricultura, resultando no aumento da importação de alimentos, na mudança dos hábitos alimentares e no surgimento

SAIBA MAIS ACESSANDO:

www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3177



LEANDRO MAHALEM/ISA

Na comunidade do Maturuca, tuxauas debatem alternativas de desenvolvimento pós-homologação

de problemas de saúde que antes não existiam. A proliferação de cargos e salários também estaria se tornando um problema, não apenas influenciando na decisão de plantar menos, mas também aumentando o individualismo dentro das comunidades.

Foram discutidos diversos projetos que o CIR já executa ou pretende implementar com seus parceiros sobre gestão territorial e ambiental, desenvolvimento sustentável e segurança alimentar. Além destes, também estão na pauta a formação de agentes ambientais voluntários indígenas; o apoio às atividades de mapeamento e os planos para aproveitamento da energia dos ventos e do sol; a produção de mudas de espécies nativas e recuperação florestal em áreas degradadas; a produção de arroz orgânico; a produção agrícola mecanizada e outros projetos de caráter cultural e de formação de gestores indígenas de projetos, entre outros. Novos encontros estão previstos ainda este ano para prosseguir no debate dos temas.



Curso conta a história do Médio Rio Negro

Um curso sobre a história do Médio Rio Negro, organizado pelo ISA e pelas associações indígenas dos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos (AM), com apoio da Foirn e das secretarias municipais de educação dos dois municípios, foi ministrado pelo historiador José Ribamar Bessa, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), entre 21 e 24 de julho em Barcelos. Foi como uma viagem ao passado que estimulou os cerca de 60 participantes entre professores das comunidades, das sedes municipais e lideranças de associações indígenas, a discutir identidade étnica, valorização das línguas indígenas e pesquisas acerca das trajetórias pessoais, memórias e narrativas regionais. Os organizadores acreditam que saber mais sobre a história do Amazonas e do Médio Rio Negro pode despertar curiosidades sobre a região, estimulando as pessoas a buscar a trajetória de suas famílias. Para tanto receberam uma coletânea de textos, documentos e livros escritos entre os séculos XVIII e XXI com relatos de

viajantes, missionários, historiadores e antropólogos que se debruçaram sobre a história do Rio Negro.

SAIBA MAIS ACESSANDO:

www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3140

Conhecer a história dos antepassados, ler documentos e conversar com os velhos são etapas do processo de pensar sobre o passado para então organizar o presente e projetar o futuro. Os participantes relataram iniciativas em algumas comunidades e escolas, nas quais professores e lideranças desenvolvem trabalhos de ‘resgate da memória’, por meio de conversa com os velhos produzindo registros escritos e audiovisuais de contos e narrativas. Também foram discutidas políticas públicas e iniciativas não governamentais que visam a valorização do conhecimento tradicional, entre elas a repatriação de documentos e objetos guardados em museus, o reconhecimento de práticas e lugares importantes, o investimento para valorização de línguas e outras formas de saberes. A questão da língua e a importância da comunicação nas dinâmicas sociais foi a que mais inspirou relatos sobre as histórias e as culturas do Rio Negro. A educação diferenciada intercultural foi trazida ao debate pelos participantes como meio privilegiado para estimular curiosidades e interesses na pesquisa da história da região, seja em arquivos e documentos e nas conversas com os mais velhos.

Pesquisa e difusão de informações

PEÇA SUA CÓPIA

Em Canarana:
isaxingu@socioambiental.org
Outras regiões:
comercial@socioambiental.org



Vídeo mostra detalhes de plantio florestal mecanizado

A técnica do plantio mecanizado de florestas utilizada pelo ISA e instituições parceiras nos trabalhos de restauração florestal realizados no âmbito da Campanha Y Ikatu Xingu é apresentada em detalhes no vídeo *Plantio mecanizado de florestas: faça você mesmo*. O vídeo, produzido pela Sertão Filmes, produtora parceira da Campanha Y Ikatu Xingu, tem o intuito de disseminar o uso da técnica do plantio mecanizado de florestas que possibilitou colocar mais de dois mil hectares em processo de restauração florestal na Bacia do Rio Xingu, no Mato Grosso. No plantio mecanizado de florestas, diversas espécies de sementes nativas são misturadas e colocadas em maquinários agrícolas, como a plantadeira e a lançadeira de sementes, para realizar o plantio direto. Essa mistura é chamada de “muvuca” e foi aperfeiçoada pela equipe de restauração florestal do ISA para se adaptar às necessidades da região, que abriga vegetação de Cerrado e Floresta Amazônica. A técnica oferece diversas vantagens em relação ao plantio de mudas, por ser mais rápida e barata que o plantio de mudas.

À VENDA NO SITE por R\$ 40,00
www.socioambiental.org/loja



Museu Göeldi e ISA lançam *Petróglifos sul-americanos*

Versão em português da obra publicada em Berlim, em 1907, com o título *Südamerikanische Felszeichnungen*, o livro *Petróglifos Sul-americanos* do antropólogo alemão Theodor Koch-Grünberg é referência indispensável àqueles interessados nas culturas e na história do noroeste amazônico, desde a região do Rio Japurá-Caquetá até os campos de Roraima. O foco principal do autor é a região do Alto Rio Negro, especialmente a Bacia do Rio Uaupés. É considerada a mais importante fonte de documentação sobre as gravuras rupestres do Alto Rio Negro. O livro foi editado em parceria pelo Museu Göeldi e o ISA.

SAIBA MAIS ACESSANDO:
www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3139

DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD
http://www.socioambiental.org/inst/pub/detalhe_down.html?codigo=10369



Publicação trata de água e saneamento em São Paulo

A publicação *Água e Esgoto na Grande São Paulo - Situação atual, nova lei de saneamento e programas governamentais propostos*, de autoria de Marussia Whately e Lília Toledo Diniz, faz parte do projeto De Olho nos Mananciais II, desenvolvido pelo ISA até junho de 2009, com apoio do Fehidro (Fundo Estadual dos Recursos Hídricos) e da NCA (Ajuda da Igreja da Noruega). Os dados contidos no estudo referem-se à situação dos serviços de água e esgotamento sanitário na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), e visa, principalmente, atualizar técnicos e demais envolvidos com o setor em relação às novidades e mudanças recentes nas legislações federais e estaduais e dos diferentes projetos e programas que incidem sobre a região. O estudo está dividido em quatro partes. Na primeira apresenta um quadro dos serviços de abastecimento de água na RMSP, incluindo os mananciais utilizados, a produção, a perda e o consumo de água. A segunda parte mostra a situação do esgotamento sanitário, incluindo coleta e tratamento na RMSP. A terceira atualiza informações sobre novos dispositivos legais aprovados recentemente. Na quarta parte estão os principais programas e projetos relacionados com saneamento na Grande São Paulo.

Unidades de Conservação na Amazônia Legal ganham site

O ISA lançará até o final de 2010, um novo site sobre Unidades de Conservação na Amazônia Legal. Ele congregará informações de diferentes áreas, além de incorporar as informações individuais sobre as UCs, que atualmente encontram-se disponíveis na Caracterização Socioambiental de UC (www.socioambiental.org/uc), no site do ISA. Tais informações se originam no monitoramento cotidiano dos diários oficiais estaduais e da União, em fontes diversificadas de notícias e outras bases de

divulgação de interesse, como por exemplo, de pesquisas realizadas nas UCs. Também foram agregados artigos explicativos e opinativos sobre assuntos relacionados. Estarão disponíveis ainda, informações especializadas na Amazônia Legal, que caracterizam as UCs e seu entorno ou contribuem para a avaliação de sua integridade ambiental, sobre os seguintes temas: biomas e fitofisionomias; bacias hidrográficas; desmatamento; focos de calor atualizados diariamente; títulos minerários; energia e cavernas.



Site Povos Indígenas Mirim tem novidades

Até o fim deste ano o site voltado para o público infantil lançará cinco minijogos, além de um novo ambiente na Aldeia Virtual, jogo interativo que conta com mais de 3855 participantes. Entre os minijogos, haverá Ligue os Pontos, Pescaria, Peteca, Labirinto e Memória. Alguns deles foram construídos com base em conteúdos do próprio site, outros foram elaborados com materiais inéditos, como é o caso do Ligue os Pontos, criado a partir de belíssimos desenhos do professor Maiua Ikpeng e seus alunos no Parque Indígena do Xingu (MT). O jogo interativo ganhará uma nova aldeia. Agora é a vez dos Yanomami serem representados. Com este novo ambiente, as crianças poderão ver como é uma aldeia na região amazônica, conhecer a arquitetura do povo Yanomami, e aprender um pouco sobre os seus modos de vida. Nesta aldeia virtual haverá dois minijogos, Coleta da Pupunha e Arco e Flecha. As duas atividades foram escolhidas por serem centrais no cotidiano Yanomami e por permitirem a criação de cenas divertidas para as crianças.

Enciclopédia tem novos verbetes

Cinco verbetes entraram na enciclopédia Povos Indígenas no Brasil: **Naruvotu**, **Tsohom-dyapa**, **Puyanawa**, **Tupinambá** e **Hixkaryana**. Os **Naruvotu** vivem no Parque Indígena do Xingu e eram considerados praticamente extintos. Por isso, a luta pela demarcação de seu território se deu tardiamente.

Já os **Tsohom-dyapa** vivem no Vale do Javari (AM) entre os rios Jutai e Jandiatuba e sobre eles há poucas informações. Como muitos povos do Acre, os **Puyanawa** sofreram com o avanço das atividades extrativas da borracha e do caucho na região no início do século XX. Os que sobreviveram aos contatos foram forçados a trabalhar nos seringais e viram rapidamente o seu modo de vida ser transformado. Os **Tupinambá** da Vila de Olivença, localizada no sul da Bahia, viviam em um aldeamento indígena criado por uma missão católica em 1680. Com o fim da missão passaram a residir no entorno da vila e, logo, foram considerados “caboclos”. Só em 2001 foram oficialmente reconhecidos pela Funai como indígenas. O quinto verbete refere-se aos **Hixkaryana**, cuja maioria vive nas margens do Rio Nhamundá, que faz divisa entre o Amazonas e o Pará.



SAIBA MAIS EM:
<http://pib.socioambiental.org>



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL Conselho Diretor: Marina Kahn (presidente em exercício), Adriana Ramos, Ana Valéria Araújo e Sérgio Mauro Santos Filho; **Secretário Executivo:** Sérgio Mauro Santos Filho; **Secretários executivos adjuntos:** Adriana Ramos e Enrique Svirsky

APOIO INSTITUCIONAL Icco (Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento) e NCA (Ajuda da Igreja da Noruega)

BOLETIM SOCIOAMBIENTAL Edição: Maria Inês Zanchetta – editora (MTB 11.616-SP). Jornalistas: Fernanda Bellei; Julio Cezar Garcia; Oswaldo Braga de Souza

Ilustrações e logomarca: Rubens Matuck; **Projeto gráfico e editoração eletrônica:** Ana Cristina Silveira. **Visite nosso site:** www.socioambiental.org

ISA SÃO PAULO Av. Higienópolis, 901, 01238-001, São Paulo (SP), tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904, isa@socioambiental.org • **ISA BRASÍLIA** SCLN 210, bloco C, sala 112, 70862-530, Brasília (DF), tel: (61) 3035-5114 / fax: (61) 3035-5121, isadf@socioambiental.org • **ISA MANAUS** Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar, Largo do Teatro, Centro, 69010-230, Manaus (AM), tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502, isamao@socioambiental.org • **ISA BOA VISTA** R. Presidente Costa e Silva, 116, 69390-670, Boa Vista (RR), tel: (95) 3224-7068 / fax: (95) 3224-3441, isabv@socioambiental.org • **ISA SÃO GABRIEL** Rua Projetada, 70, Centro, Caixa Postal 21, 69750-000, São Gabriel da Cachoeira (AM), tel/fax: (97) 3471-1156, isarm@socioambiental.org • **ISA CANARANA** Rua Redentora, 362, Centro, 78640-000, Canarana (MT), tel: (66) 3478-3491, isaxingu@socioambiental.org • **ISA EL DORADO** Residencial Jardim Figueira, 55, Centro, 11960-000, Eldorado (SP), tel: (13) 3871-1697, isaribeira@socioambiental.org